

Estatuto Social

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DOS LABORATÓRIOS B. BRAUN LTDA. COOPERBRAUN

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO E ÁREA DE ADMISSÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 1º A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DOS LABORATÓRIOS B. BRAUN LTDA. também denominada pela sigla COOPERBRAUN, constituída em 15 DE Março de 1979, é uma instituição financeira, sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência. Rege-se pelo disposto nas Leis nºs. 5.764, de 16.12.1971, 4.595, de 31.12.1964 e Lei Complementar 130, de 17.04.2009, com a redação dada pela Lei Complementar 196, de 24.08.2022, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e por este estatuto, tendo:

- I. – sede social e administração na Av. Eugênio Borges 1.092 – parte – Arsenal – São Gonçalo - RJ;
- II. – foro jurídico na cidade de São Gonçalo - RJ;
- III. – área de ação limitada à sua sede nas dependências dos Laboratórios B. Braun S.A. com sede na Av. Eugênio Borges 1.092 – Arsenal – São Gonçalo – RJ e área de admissão nas filiais localizadas à: Estrada Guaxindiba nº 1990 - Lote 39e - Guaxindiba - São Gonçalo/RJ; Praia do Flamengo nº 154 – Flamengo – Rio de Janeiro/RJ; Rua Cincinato Braga nº 37 - Conj 71 - Andar 7 - Bela Vista – São Paulo/SP; Rua Primeiro de Janeiro nº 150 - Vila Clementino – São Paulo/SP; Rua Doutor Renato Paes de Barros nº 955 - Itaim Bibi – São Paulo/SP; Rua Edgar Marchiori nº 255 - Km 04 Portão 02 - Distrito Industrial – Vinhedo/SP; Av. Doutor Antonio Joao Abdalla nº 260 - Lote área A Qd 0 - Cristais (Jordanesia) – Cajamar/SP; Rua Juacema nº 56 – Loja 02 E 03 – Graça – Belo Horizonte/MG; Rua Mateus Leme nº 1631 – Conj 1 - Centro Cívico – Curitiba/PR; Rua Doutor Vale nº 296 – Floresta – Porto Alegre/RS; Rua Berto Cirio Nº 535 - Pavilhão A Setor B - São Luís – Canoas/RS; STRC Trecho 2/3 Conjunto E - S/N - Lote 1 E 2 - Parte A - Zona Industrial (Guara) – Brasília/DF; Rua das Ubaranas nº 297 - Edifício Amaratuba Trade - Sala 401 A 404 - Amaralina – Salvador/BA; Rua Capitão José da Luz nº 58 – Edifício Empresarial Rio

Capibaribe – 3º andar, Sala 302 e 303 - Coelhos – Recife/PE;
Av. Governador Miguel Arraes de Alencar nº 1380 - Galpão1 -
Módulos de 21 a 24 - Ponte dos Carvalhos - Cabo de Santo
Agostinho/PE.

- IV. – prazo de duração indeterminado e exercício social de 12 (doze) meses, com término em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º A cooperativa tem por objeto social:

- I. – o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- II. – proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- III. – a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo;

Parágrafo único. A cooperativa é politicamente neutra e não faz discriminação religiosa, racial ou social.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art. 3º Podem associar-se à cooperativa todas as pessoas físicas que estejam na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente estatuto, preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados dos Laboratórios B. Braun S.A.

§ 1º Podem associar-se também:

- I. – empregados da própria cooperativa, das entidades a ela associadas e daquelas de cujo capital participe;
- II. – pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual aos Laboratórios B. Braun S.A.;
- III. – pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual à própria cooperativa, equiparadas aos empregados da cooperativa para os correspondentes efeitos legais;
- IV. – pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à cooperativa e às entidades de cujo capital a cooperativa participe;

- V. - aposentados que, quando em atividade, atendiam aos critérios estatutários de associação;
- VI. - pais, cônjuge ou companheiro, viúvo, filho e dependente legal e pensionista de associado vivo ou falecido;
- VII. - pessoas jurídicas sediadas na área de ação da cooperativa, observadas as disposições da legislação em vigor.

§ 2º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º Para associar-se à cooperativa o candidato preencherá proposta de admissão. Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pelo órgão de administração, o candidato integralizará, no mínimo, metade das quotas-partes de capital subscritas e será inscrito no Livro ou ficha de Matrícula.

Art. 5º Não podem ingressar na cooperativa as instituições financeiras e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades que contrariem seus objetivos ou com eles colidam.

Art. 6º São direitos dos associados:

- I. - tomar parte nas assembléias gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais ou estatutárias em contrário;
- II. - ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas as disposições legais ou regulamentares pertinentes;
- III. - propor medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;
- IV. - beneficiar-se das operações e serviços objetos da cooperativa, de acordo com este estatuto e regras estabelecidas pela assembléia geral e pelo órgão de administração;
- V. - examinar e pedir informações atinentes às demonstrações financeiras do exercício e demais documentos a serem submetidos à assembléia geral;
- VI. - retirar capital, juros e sobras, nos termos deste estatuto;
- VII. - tomar conhecimento dos regulamentos internos da Cooperativa;
- VIII. - demitir-se da cooperativa quando lhe convier.

Parágrafo único. A igualdade de direito dos associados é assegurada pela cooperativa, que não pode estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

Art. 7º São deveres e obrigações dos associados:

- I. - subscrever e integralizar as quotas-partes de capital;
- II. - satisfazer os compromissos que contrair com a cooperativa;
- III. - cumprir as disposições deste estatuto e dos regulamentos internos e respeitar as deliberações tomadas pelos órgãos sociais e dirigentes da cooperativa;
- IV. - zelar pelos interesses morais e materiais da cooperativa;
- V. - cobrir sua parte nas perdas apuradas, nos termos deste estatuto;
- VI. - ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não deve sobrepor seu interesse individual;
- VII. - não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na cooperativa para finalidades não previstas nas propostas de empréstimos e permitir ampla fiscalização da aplicação.

Art. 8º O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscreveu. Esta responsabilidade, que só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa, subsiste também para os demitidos, eliminados ou excluídos, até quando forem aprovadas, pela assembléia geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros passam aos herdeiros e sucessores.

Art. 9º A demissão do associado, que não pode ser negada, dá-se unicamente a seu pedido, por escrito.

Art. 10. O órgão de administração eliminará o associado que, além dos motivos de direito:

- I. - venha a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à cooperativa;
- II. - praticar atos que desabonem o conceito da cooperativa;
- III. - faltar ao cumprimento das obrigações assumidas com a cooperativa ou causar-lhe prejuízo.

Art. 11. A eliminação em virtude de infração legal ou estatutária será decidida em reunião do órgão de administração e o fato que a ocasionou deverá constar de termo lavrado no Livro de Matrícula ou Ficha.

§ 1º - Cópia autenticada do termo de eliminação será remetida ao associado dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião em que ficou deliberada a eliminação.

§ 2º - O associado pode interpor recurso para a primeira assembléia geral que se realizar, que será recebido pelo órgão de administração, com efeito suspensivo.

Art. 12. A exclusão do associado será feita por dissolução da pessoa jurídica, morte da pessoa física, incapacidade civil não suprida ou perda do vínculo comum que lhe facultou ingressar na cooperativa.

CAPÍTULO IV DO CAPITAL SOCIAL

Art. 13. O capital social é dividido em quotas-partes de R\$1,00 (um real) cada uma, é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados e a quantidade de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 14. O capital social será sempre realizado em moeda corrente nacional, sendo as quotas-partes de subscrição inicial e as dos aumentos de capital integralizadas no mínimo metade no ato e as restantes em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º No ato de sua admissão, cada associado deverá subscrever no mínimo dez quotas - partes.

§ 2º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes.

§ 3º As quotas-partes do capital integralizado responderão sempre como garantia das obrigações que o associado assumir com a cooperativa.

Art. 15. Para o aumento contínuo do capital social, cada associado se obriga a subscrever e integralizar mensalmente no mínimo 1 (um por cento) do seu salário bruto mensal.

Parágrafo Único. O capital integralizado por cada associado deve permanecer na cooperativa por prazo que possibilite o desenvolvimento regular da sociedade e o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, sendo que eventuais solicitações de resgate poderão ser examinadas pelo órgão de administração, caso a caso.

Art. 16. O associado não poderá ceder suas quotas-partes de capital a pessoas estranhas ao quadro social, nem oferecê-las em penhor ou negociá-las com terceiros.

Art. 17. A devolução do capital - ao associado demitido, eliminado ou excluído - será feita após a aprovação, pela assembléia geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento.

§ 1º Ocorrendo desligamento de associados em que a devolução do capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, a restituição poderá ser parcelada em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade, a critério do órgão de administração.

§ 2º Eventual débito do associado poderá ser deduzido do valor das

suas quotas-partes.

§ 3º Os herdeiros ou sucessores têm direito a receber o capital e demais créditos do associado falecido, deduzidos os eventuais débitos por ele deixados, antes ou após o balanço de apuração do resultado do exercício em que ocorreu o óbito, a juízo do órgão de administração.

CAPÍTULO V DAS OPERAÇÕES

Art. 18. A cooperativa poderá realizar as operações e prestar os serviços permitidos pela regulamentação em vigor, sendo que as operações de captação de recursos oriundos de depósitos à vista e a prazo, e de concessão de créditos, serão praticadas exclusivamente com seus associados.

Parágrafo único - As operações obedecerão sempre a prévia normatização por parte do órgão de administração, que fixará prazos, juros, remunerações, formas de pagamento e todas as demais condições necessárias ao bom atendimento das necessidades do quadro social.

Art. 19. A sociedade somente pode participar do capital de:

- I. - cooperativas centrais de crédito:
- II. - instituições financeiras controladas por cooperativas de crédito;
- III. - cooperativas, ou empresas controladas por cooperativas centrais de crédito, que atuem exclusivamente na prestação de serviços e fornecimento de bens a instituições do setor cooperativo, desde que necessários ao seu funcionamento ou complementares aos serviços e produtos oferecidos aos associados;
- IV. - entidades de representação institucional, de cooperação técnica ou de fins educacionais.

CAPÍTULO VI DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Art. 20 A cooperativa exerce sua ação pelos seguintes órgãos sociais:

- I. - Assembléia Geral;
- II. - Diretoria;
- III. - Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 21. A assembléia geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, tendo poderes dentro dos limites da lei e deste estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

§ 1º As decisões tomadas em assembléia geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 2º A assembléia geral poderá ser suspensa, desde que determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão, que conste da respectiva ata o "quorum" de instalação, verificado tanto na abertura quanto no reinício, e que seja respeitada a ordem do dia constante do edital. Para a continuidade da assembléia é obrigatória a publicação de novos editais de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício na reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para esta convocação.

Art. 22. A assembléia geral será convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante edital divulgado de forma tríplice e cumulativa, da seguinte forma:

- I. - afixação em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados;
- II. - a publicação poderá ser realizada, no sítio eletrônico da Cooperativa, ou no repositório de acesso público irrestrito na internet, ou em jornal de circulação regular; e
- III. - comunicação aos associados por intermédio de circulares.

§ 1º Não havendo no horário estabelecido "quorum" de instalação, a assembléia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.

§ 2º A convocação será feita pelo Diretor Presidente, pelo órgão de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida no prazo de 5 (cinco) dias, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 23. O edital de convocação deve conter:

- I. - a denominação da Cooperativa, seguida da expressão: Convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- II. - o dia e hora da Assembléia em cada convocação, assim como o local da sua realização;
- III. - a seqüência numérica da convocação;
- IV. - a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas

especificações;

- V. - o número de associados existentes na data da expedição, para efeito de cálculo de quorum de instalação;
- VI. - local, data, nome e assinatura do responsável pela convocação;
- VII. - a forma como será realizada a assembleia geral (presencial, semipresencial ou a distância);
- VIII. - o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para a participação do associado, no caso de realização de assembleia a distância ou presencial e a distância simultaneamente;e
- IX. - os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimentos dos votos.

Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento que a solicitou.

Art. 24. O "quorum" mínimo de instalação da assembléia geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembléia, é o seguinte:

- I. - 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação;
- II. - metade mais 1 (um) dos associados, em segunda convocação;
- III. - 10 (dez) associados, em terceira convocação.

Art. 25. Os trabalhos da assembléia geral serão habitualmente dirigidos pelo Diretor Presidente, auxiliado pelo Diretor Vice Presidente, que lavrará a ata, podendo ser convidados a participar da mesa os demais ocupantes de cargos estatutários.

§ 1º Na ausência do Diretor Presidente, assumirá a direção da assembléia geral o Diretor Vice - Presidente.

§ 2º Quando a assembléia geral não tiver sido convocada pelo Diretor Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião, e secretariados por outro convidado pelo primeiro.

Art. 26. Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

§ 1º Na assembléia geral em que for discutida a prestação de contas do órgão de administração, o Diretor Presidente, logo após a leitura do relatório da gestão, das peças contábeis e do parecer do

Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e convidará o plenário a indicar um associado para dirigir os debates e a votação da matéria.
§ 2º O presidente indicado escolherá, entre os associados, um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e coordenar a redação das decisões a serem incluídas na ata.

§ 3º Transmitida a direção dos trabalhos, os membros dos órgãos estatutários deixarão a mesa, permanecendo no recinto à disposição da assembléia geral, para prestar os esclarecimentos eventualmente solicitados.

Art. 27. As deliberações da assembléia geral poderão versar somente sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

§ 1º As decisões serão tomadas pelo voto pessoal dos presentes, com direito a votar, tendo cada associado um voto, vedada a representação por meio de mandatários.

§ 2º Em princípio, a votação será a descoberto, mas a assembléia geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 3º As deliberações na assembléia geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar, exceto quando se tratar dos assuntos enumerados no artigo 46 da Lei nº 5.764, de 16.12.71, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

§ 4º Está impedido de votar e ser votado o associado que:

- I. - tenha sido admitido após a convocação da assembléia geral;
- II. - seja ou tenha sido empregado da cooperativa, até a aprovação, pela assembléia geral, das contas do exercício em que deixou o emprego.

§ 5º O que ocorrer na assembléia geral deverá constar de ata lavrada em livro próprio, a qual, lida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo secretário, pelo presidente da assembléia e por, no mínimo, 3 (três) associados presentes.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 28. A Assembléia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (QUATRO) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia:

- I. - prestação de contas do órgão de administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: relatório da gestão;

balanços levantados no primeiro e segundo semestres do exercício social;

demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas

decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;

II. – destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os Fundos Obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas;

III. – eleição dos componentes do órgão de administração e do Conselho Fiscal;

IV. – a fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros do órgão de administração e do Conselho Fiscal;

V. - autorizar a alienação ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da sociedade;

VI. – quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46 da Lei nº 5.764, de 16.12.71.

Parágrafo único. A aprovação do relatório, balanços e contas do órgão de administração não desonera de responsabilidade os administradores e os fiscais.

SEÇÃO III DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 30. É de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I. - reforma do estatuto social;

II. - fusão, incorporação ou desmembramento;

III. - mudança de objeto social;

IV. - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidante;

V. - contas do liquidante.

Parágrafo Único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito de votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

SEÇÃO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 31. A cooperativa será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 6 (seis), todos associados, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice – Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Operacional, e até 2 (dois) Diretores.

§ 1º A assembleia geral poderá deixar de eleger membros da Diretoria, enquanto preenchido o limite mínimo de 4 (quatro) diretores (Diretor Presidente, Diretor Vice – Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Operacional).

§ 2º Os membros da Diretoria, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados no Livro de Atas da Diretoria e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

§ 3º A assembleia geral poderá destituir os membros da Diretoria a qualquer tempo.

Art. 32. Nas ausências ou impedimentos temporários inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Vice - Presidente substituirá o Diretor Presidente.

Art. 33. Nos casos de vacância dos cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice – Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Operacional ou de ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos, a Diretoria designará o substituto, dentre os seus membros, "ad referendum" da primeira assembleia geral que se realizar.

Art. 34. A Diretoria reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes ou do Conselho Fiscal, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. - as reuniões se realizarão com a presença mínima de 3 (tres) diretores;
- II. - as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade;
- III. - os assuntos tratados e as deliberações tomadas constarão de atas lavradas no Livro de Atas da Diretoria, assinadas pelos presentes;
- IV. - suas deliberações serão incorporadas ao Sistema Normativo da Cooperativa.

Parágrafo único. Estará automaticamente destituído da Diretoria o membro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, salvo se as ausências forem consideradas justificadas pela Diretoria.

Art. 35. Compete à Diretoria a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos e serviços que se relacionem com o objeto da sociedade, cabendo-lhe deliberar, em reunião colegiada, basicamente sobre as seguintes matérias, observadas as decisões ou recomendações da assembléia geral:

- I. – fixar diretrizes e planejar o trabalho de cada exercício, acompanhando a sua execução;
- II. – programar as operações, tendo em vista os recursos disponíveis e as necessidades financeiras dos associados;
- III. – fixar periodicamente os montantes e prazos máximos dos empréstimos, bem como a taxa de juros e outras referentes, de modo a atender o maior número possível de associados;
- IV. – regulamentar os serviços administrativos da cooperativa, podendo contratar gerentes técnicos ou comerciais, bem como o pessoal auxiliar, mesmo que não pertençam a quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e os salários;
- V. – fixar o limite máximo de numerários que poderá ser mantido em caixa;
- VI. – estabelecer a política de investimentos;
- VII. – estabelecer normas de controle das operações e verificar mensalmente o estado econômico-financeiro da cooperativa, por meio dos informes financeiros, balancetes e demonstrativos específicos;
- VIII. – estabelecer dia e hora para suas reuniões ordinárias, bem como o horário de funcionamento da cooperativa;
- IX. – aprovar as despesas de administração e fixar taxas de serviços, elaborando orçamentos para o exercício;
- X. – deliberar sobre a admissão, eliminação ou exclusão de associados;
- XI. – fixar as normas de disciplina funcional;
- XII. – deliberar sobre a convocação da assembléia geral;
- XIII. – decidir sobre compra e venda de bens móveis e imóveis não destinados ao uso próprio da sociedade;
- XIV. – elaborar proposta sobre aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e encaminhá-la com parecer à assembléia geral;

- XV. – elaborar e submeter à decisão da assembléia geral proposta de criação de fundos;
 - XVI. – propor à assembléia geral alterações no estatuto;
 - XVII. – aprovar a indicação de Auditor Interno;
 - XVIII. – aprovar o Regimento Interno e os Manuais de Organização, de Normas Operacionais e Administrativas e de Procedimentos da Cooperativa;
 - XIX. – propor à assembléia geral a participação em capital de banco cooperativo, constituído nos termos da legislação vigente;
 - XX. – conferir aos diretores as atribuições não previstas neste estatuto;
 - XXI. – avaliar a atuação de cada um dos diretores e dos gerentes técnicos ou comerciais, adotando as medidas apropriadas;
 - XXII. – zelar pelo cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis ao cooperativismo de crédito, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal;
 - XXIII. – estabelecer regras para os casos omissos, até posterior deliberação da assembléia geral.
- Art. 36. Compete ao Diretor Presidente:
- I. – supervisionar as operações e atividades da cooperativa e fazer cumprir as decisões da Diretoria;
 - II. – conduzir o relacionamento público e representar a cooperativa em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
 - III. – convocar a assembléia geral, cuja realização tenha sido decidida pela Diretoria, e presidi-la com as ressalvas legais;
 - IV. – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
 - V. – coordenar a elaboração do relatório de prestação de contas da Diretoria, ao término do exercício social, para apresentação à assembléia geral acompanhado dos balanços semestrais, demonstrativos das sobras líquidas ou perdas apuradas e parecer do Conselho Fiscal;
 - VI. – desenvolver outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria;
 - VII. – resolver os casos omissos, em conjunto com a Diretoria.

Parágrafo único – Compete ao Diretor Vice – Presidente:

I – Substituir o Diretor Presidente nas ausências ou impedimentos temporários;

II – lavrar e coordenar a lavratura das atas das assembléias gerais e das reuniões de diretoria;

III – Desenvolver outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria.

IV - Coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir à diretoria as medidas que julgar convenientes.

Art. 37. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. - dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos e materiais;
- II. - executar as políticas e diretrizes de recursos humanos, tecnológicos e materiais;
- III. - orientar e acompanhar a contabilidade da cooperativa, de forma a permitir uma visão permanente da sua situação econômica, financeira e patrimonial;
- IV. - zelar pela eficiência, eficácia e efetividade dos sistemas informatizados e de telecomunicações;
- V. - decidir, em conjunto com o Diretor Presidente, sobre a admissão e a demissão de pessoal;
- VI. - assessorar o Diretor Presidente nos assuntos de sua área;
- VII. - orientar, acompanhar e avaliar a atuação do pessoal de sua área;
- VIII. - substituir o Diretor Operacional e o Diretor Vice Presidente;
- IX. - desenvolver outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria;
- X. - resolver os casos omissos, em conjunto com a Diretoria.

Art. 38. Compete ao Diretor Operacional:

- I. – dirigir as funções correspondentes às atividades fins da cooperativa (operações ativas, passivas, acessórias e especiais, cadastro, recuperação de crédito, etc.);
- II. – executar as atividades operacionais no que tange à

concessão de empréstimos, à oferta de serviços e à movimentação de capital;

- III. – executar as atividades relacionadas com as funções financeiras (fluxo de caixa, captação e aplicação de recursos, demonstrações financeiras, análises de rentabilidade, de custos, de risco, etc.);
- IV. – zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários;
- V. – acompanhar as operações em curso anormal, adotando as medidas e controles necessários para sua regularização;
- VI. – elaborar as análises mensais sobre a evolução das operações, a serem apresentadas à Diretoria;
- VII. – responsabilizar-se pelos serviços atinentes à área contábil da cooperativa, cadastro e manutenção de contas de depósitos;
- VIII. – assessorar o Diretor Presidente nos assuntos de sua área;
- IX. I– orientar, acompanhar e avaliar a atuação do pessoal de sua área;
- X. – substituir o Diretor Administrativo;
- XI. – desenvolver outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria;
- XII. – resolver os casos omissos, em conjunto com a Diretoria.

Art. 39. Compete aos Diretores:

- I. – Colaborar com os Diretores Presidente, Vice – Presidente, Administrativo , Operacional, no desempenho de suas atribuições;
- II. – Desenvolver outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Diretoria.

Art. 40. Os cheques emitidos pela cooperativa, cartas e ordens de crédito, endossos, fianças, avais, recibos de depósito cooperativo, instrumentos de procuração, contratos com terceiros e demais documentos, constitutivos de responsabilidade ou obrigação da cooperativa, devem ser assinados conjuntamente por 2 (dois) diretores ou por 1 (um) diretor e 1(um) gerente técnico ou comercial.

Art. 41. Os administradores respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela cooperativa durante a sua gestão, até

que se cumpram. Havendo prejuízos, a responsabilidade solidária se circunscreverá ao respectivo montante.

Art. 42. Os componentes do órgão de administração e do Conselho Fiscal, bem como o liquidante, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 43. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a cooperativa, por seus administradores, ou representada por associado escolhido em assembléia geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 44. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados e eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos e a cada eleição deve haver a renovação mínima de 1 (um) membro efetivo.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados no Livro de Atas do Conselho Fiscal, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.

§ 2º No caso de vacância de cargo efetivo do Conselho Fiscal será efetivado membro suplente.

§ 3º A assembléia geral poderá destituir os membros do Conselho Fiscal a qualquer tempo.

Art. 45. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:

- I. – as reuniões se realizarão sempre com a presença dos 3 (três) membros efetivos;
- II. – as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. – os assuntos tratados e as deliberações tomadas constarão de atas lavradas no Livro de Atas do Conselho Fiscal, assinadas pelos presentes.

§ 1º Na sua primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si um coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos das reuniões, e um secretário para lavrar as

atas.

§ 2º Estará automaticamente destituído do Conselho Fiscal o membro efetivo que deixar de comparecer a 4 (quatro) convocações consecutivas para reunião, salvo se as ausências forem consideradas justificadas pelos demais membros efetivos.

Art. 46. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações dos diretores ou funcionários da cooperativa, ou da assistência de técnico externo, quando a importância ou complexidade dos assuntos o exigirem e às expensas da sociedade, cabendo-lhe entre outras as seguintes obrigações:

- I. – examinar a situação dos negócios sociais, das receitas e das despesas, dos pagamentos e recebimentos, operações em geral e outras questões econômicas, verificando sua adequada e regular escrituração;
- II. – verificar, mediante exame dos livros de atas e outros registros, se as decisões adotadas estão sendo corretamente implementadas;
- III. – observar se o órgão de administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição, que necessitem preenchimento;
- IV. – inteirar-se das obrigações da cooperativa em relação às autoridades monetárias, fiscais, trabalhistas ou administrativas, aos associados e verificar se existem pendências no seu cumprimento;
- V. – verificar os controles sobre valores e documentos sob custódia da cooperativa;
- VI. – avaliar a execução da política de empréstimos e a regularidade do recebimento de créditos;
- VII. – averiguar a atenção dispensada às reclamações dos associados;
- VIII. – analisar balancetes mensais e balanços gerais, demonstrativos de sobras e perdas, assim como o relatório de gestão e outros, emitindo parecer sobre esses documentos para a assembléia geral;
- IX. – inteirar-se dos relatórios de auditoria e verificar se as observações neles contidas estão sendo devidamente consideradas pelo órgão de administração e pelos gerentes;
- X. – exigir, do órgão de administração ou de quaisquer de seus membros, relatórios específicos, declarações por escrito ou

prestação de esclarecimentos;

- XI. – apresentar ao órgão de administração, com periodicidade mínima trimestral, relatório contendo conclusões e recomendações decorrentes da atividade fiscalizadora;
- XII. – apresentar, à assembléia geral ordinária, relatório sobre suas atividades e pronunciar-se sobre a regularidade dos atos praticados pelo órgão de administração e eventuais pendências da cooperativa;
- XIII. – instaurar inquéritos e comissões de averiguação mediante prévia anuência da assembléia geral;
- XIV. – convocar assembléia geral extraordinária nas circunstâncias previstas neste estatuto.

Parágrafo único. Os membros efetivos do Conselho Fiscal são solidariamente responsáveis pelos atos e fatos irregulares da administração da cooperativa, cuja prática decorra de sua omissão, displicência, falta de acuidade, de pronta advertência ao órgão de administração e, na inércia ou renitência deste, de oportuna denúncia à assembléia geral.

CAPÍTULO VII

DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS

Art. 47. O balanço e o demonstrativo de sobras e perdas serão levantados semestralmente, em 30 (trinta) de junho e 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, devendo também ser levantado mensalmente balancete de verificação.

§ 1º Das sobras líquidas apuradas no exercício, serão deduzidos os seguintes percentuais para os Fundos Obrigatórios:

- I. – 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva;
- II. – 5% (cinco por cento) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES.

§ 2º As sobras líquidas, deduzidas as parcelas destinadas aos Fundos Obrigatórios, serão distribuídas aos associados proporcionalmente às operações realizadas com a cooperativa, salvo deliberação em contrário da assembléia geral, sempre respeitada a proporcionalidade do retorno.

§ 3º As perdas, verificadas no decorrer do exercício, serão cobertas com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se este for insuficiente, mediante rateio entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos.

Art. 48. Reverterão em favor do Fundo de Reserva as rendas não operacionais e os auxílios ou doações sem destinação específica.

Art. 49. O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa.

Art. 50. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES destina-se à prestação de assistência aos associados e seus familiares, e aos empregados da cooperativa, segundo programa aprovado pela assembléia geral.

Parágrafo único. Os serviços a serem atendidos pelo FATES poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas ou privadas.

Art. 51. Os Fundos Obrigatórios constituídos são indivisíveis entre os associados, mesmo nos casos de dissolução ou liquidação da cooperativa, hipótese em que serão recolhidos à União na forma legal.

CAPÍTULO VIII DA OUVIDORIA

Art. 52 – A Cooperativa disporá de componente organizacional de Ouvidoria, com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, relativas ao direito do consumidor, de prestar em última instância às demandas dos cooperados e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da instituição; de atuar como canal de comunicação entre a cooperativa e os cooperados e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos e informar à diretoria a respeito das atividades de ouvidoria.

Parágrafo 1º – A Ouvidoria será exercida por pessoa física designada pela Diretoria da Cooperativa, sendo 1 (um) Ouvidor, com comprovada aptidão validada e certificada em exame de capacitação dos componentes de ouvidoria, ministrado por instituição ou entidade de reconhecida capacidade técnica, em temas que devem abranger, no mínimo, a ética, os direitos do consumidor e a mediação de conflitos. A pessoa física designada e aprovada para ouvidor pela diretoria, deverá apresentar certificado de capacitação, e terá um mandato de 48 (quarenta e oito) meses prorrogáveis por períodos iguais, podendo ser destituído a qualquer tempo, mediante aviso de 30 (trinta) dias. A destituição poderá ser por incompatibilização do ouvidor com o exercício da função, quer seja no atendimento ao público em geral, quer seja na condução e/ou encaminhamento das demandas; reclamações sobre dificuldades dos demandantes de acesso à ouvidoria de forma continuada e injustificada; problemas constatados de relacionamento com o público em geral; demonstração de desinteresse do ouvidor no exercício da função e tratamentos

inadequados ao público em geral, aos membros estatutários e funcionários da cooperativa e outros assuntos relevantes que justifiquem a destituição.

Parágrafo 2º – A Diretoria da Cooperativa deverá designar Diretor Estatutário, para diretor responsável pela ouvidoria, podendo este desempenhar outras funções na instituição, inclusive a de ouvidor, exceto a de diretor de administração de recursos de terceiros. Caso o diretor responsável pela ouvidoria exerça também a função de ouvidor, este deverá ter o certificado de capacitação em ouvidoria, conforme informado no § 1º.

Parágrafo 3º - Constituem atribuições da ouvidoria:

I - atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado, às demandas dos cooperados e usuários de produtos e serviços prestados pela cooperativa, e que não foram solucionados pelo atendimento habitual realizado;

II - prestar os esclarecimentos e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas, informando o prazo previsto para resposta;

III - o prazo da resposta para as demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o reclamante ser informado sobre o prazo de prorrogação;

IV - encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no inciso III;

V- manter a diretoria da cooperativa informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pela diretoria para solucioná-los;

VI - elaborar e encaminhar à auditoria interna, caso existente, e à diretoria da cooperativa, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo proposições de que trata o inciso V.

Parágrafo 4º – A Cooperativa tem o compromisso criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, bem como, assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Parágrafo 5º – A Cooperativa deverá adotar providências para que os integrantes da ouvidoria que realizem as atividades mencionadas, sejam considerados aptos em exames de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica.

Parágrafo 6º - A cooperativa poderá compartilhar o serviço de Ouvidoria com federação de cooperativas de crédito, cooperativa central ou associação de classe a que estiver filiada.

CAPÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 53. A cooperativa se dissolverá nos casos a seguir especificados, oportunidade em que serão nomeados 1 (um) liquidante e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação:

- I. – quando assim o deliberar a assembleia geral, se pelo menos 20 (vinte) associados não se dispuserem a assegurar a sua continuidade;
- II. – devido à alteração de sua forma jurídica;
- III. – pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo, se até a assembleia geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- IV. – pelo cancelamento da autorização para funcionar;
- V. – pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias corridos.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do Banco Central do Brasil.

§ 2º Em todos os atos e operações, o liquidante deverá usar a denominação da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação".

§ 3º A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

§ 4º A assembleia geral poderá destituir o liquidante e os membros do Conselho Fiscal a qualquer tempo, nomeando os seus substitutos.

Art. 54. O liquidante terá todos os poderes normais de administração, podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Dependem da prévia e expressa aprovação do Banco Central do Brasil os atos societários deliberados pela cooperativa, referentes a:

- I. – eleição de membros do órgão de administração e do Conselho Fiscal;
- II. – reforma do estatuto social;
- III. – mudança do objeto social;
- IV. – fusão, incorporação ou desmembramento;
- V. – dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante e dos fiscais.

Art. 56. Não pode haver parentesco até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, dentre o agrupamento de pessoas componentes do órgão de administração e do Conselho Fiscal.

Art. 57. É vedado aos membros de órgãos estatutários e aos ocupantes de funções de gerência participar da administração ou deter 5% (cinco por cento) ou mais do capital de qualquer instituição financeira não cooperativa.

Art. 58. Constituem condições básicas, legais ou regulamentares, para o exercício de cargos do órgão de administração ou do Conselho Fiscal da cooperativa:

- I. – ter reputação ilibada;
- II. – não ser impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- III. – não estar declarado inabilitado para cargos de administração nas instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, ao controle e à fiscalização de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;
- IV. – não responder, nem qualquer empresa da qual seja

controlador ou administrador, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

- V. – não estar declarado falido ou insolvente, nem ter participado da administração ou ter controlado firma ou sociedade concordatária ou insolvente.


Art. 59. A filiação ou desfiliação da sociedade à cooperativa central de crédito deverá ser deliberada pela assembléia geral.

§ 1º A filiação pressupõe autorização à cooperativa central de crédito para supervisionar o funcionamento da sociedade e nela realizar auditorias, podendo, para tanto, examinar livros e registros de contabilidade e outros papéis, ou documentos ligados às suas atividades, e coordenar o cumprimento das disposições regulamentares referentes à implementação de sistema de controles internos.


§ 2º Para participar do processo de centralização financeira, a sociedade deverá estruturar-se adequadamente, segundo orientações emanadas da cooperativa central de crédito.

§ 3º A cooperativa responderá solidariamente com o respectivo patrimônio, pelas obrigações contraídas pela cooperativa central de crédito, exclusivamente em decorrência de sua participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

Este Estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de Constituição de 15.03.79, reformado nas assembleias gerais extraordinárias de 09.02.88; 17.10.2001; 18.06.2003; 16.12.2004; 14.11.2006; 26.02.2008; 19.02.2009; 16.03.2012; 27.03.2013; 16.04.2014; 23.03.2017; 28.04.2021; 06.04.2023; 22.04.2024.

Documento assinado digitalmente
 HUGO SERGIO DA SILVA MENDONÇA JUNIOR
Data: 26/04/2024 17:17:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Hugo Sergio da Silva Mendonça Junior
Diretor Presidente

Documento assinado digitalmente
 RUBENS MARINS DOS SANTOS
Data: 26/04/2024 15:55:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rubens Marins dos Santos
Diretor Vice Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br **ANDERSON BATISTA MARTINS**
Data: 26/04/2024 22:29:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anderson Batista Martins
Diretor Operacional

Documento assinado digitalmente
gov.br **FELIPE MESQUITA DE BARROS**
Data: 26/04/2024 17:46:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Felipe Mesquita de Barros
Diretor Administrativo

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSE RICARDO MARTINS**
Data: 26/04/2024 19:35:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Ricardo Martins
Diretor